

PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO DOS USUÁRIOS EM SOFRIMENTO PSÍQUICO DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE / SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Alexandra Bortolin de Souza

Unisul - alexandrabortolin@outlook.com.br

Bárbara Eduarda Schappo

Unisul - barbara12schappo@gmail.com

Patricia Kozuchovski Daré (Doutora)

Unisul – patricia.dare@ulife.com.br

RESUMO

No contexto brasileiro, o cuidado em saúde mental experimentou transformações fundamentais a partir da Reforma Psiquiátrica, todavia persistem lacunas nas práticas de atenção aos usuários em sofrimento psíquico, sobretudo na Atenção Básica. Este estudo tem como objetivo conhecer as práticas de cuidado destinadas aos usuários em sofrimento psíquico da Atenção Básica em Saúde, identificando as estratégias de acolhimento utilizadas e discutindo-as à luz dos princípios da Reforma Psiquiátrica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica. A coleta de dados foi realizada por meio de análise de materiais já publicados sobre o tema, em artigos e livros publicados entre o período de 2020 até 2025. Espera-se que este estudo contribua para a compreensão das estratégias de cuidado utilizadas e forneça subsídios para o aprimoramento das práticas de acolhimento na Atenção Básica, auxiliando na consolidação de propostas de políticas públicas mais justas e equânimes no campo da saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental, Atenção Básica, Acolhimento.

INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica Brasileira, trouxe uma série de mudanças e avanços importantes para a saúde mental e atenção a pessoa em sofrimento mental, entretanto algumas lacunas ainda persistem. O cuidado à saúde do indivíduo com sofrimento mental deve ser entendido de forma globalizada, considerando as dimensões biológicas, psicológicas, sociais e culturais. Nesse

mesmo sentido, os tratamentos também devem ser multimodais, não se limitando ao uso exclusivo de psicofármacos (McINTYRE *et al*, 2002).

Sabe-se que as intervenções médico-psiquiátricas, bem como a de outros profissionais da saúde, ainda estão alicerçadas no discurso biomédico fundamentando-se prioritariamente em explicações biológicas que abordam a doença somente sob uma perspectiva e, por vezes, anulam a identidade de quem está, por assim dizer, doente. A doença, nesta perspectiva toma o lugar do próprio indivíduo, a subjetividade do sujeito é descontextualizada e a doença se personifica (AGUIAR, 2003; GUARIDO, 2007; HERNÁEZ, 2006; MARTINS, 2008). Com o movimento antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, observou-se uma tentativa de modificar esse cenário (OLIVEIRA, 2010). A Reforma Psiquiátrica, além de zelar pela desinstitucionalização, inclusão social e assistência de atenção psicossocial, substituição dos hospitais psiquiátricos com reformas centradas no sujeito, na singularidade e na capacidade dos mesmos de protagonizar seus modos de fazer e andar na vida, propôs um olhar para novas direções, para uma atenção psicossocial ampla, estruturada em uma prática que restaura a cidadania e resgata a subjetividade dos sujeitos (BRASIL, 2010).

Ressalta-se a importância de pesquisas voltadas à temática da saúde mental e suas formas de cuidado à pessoa em sofrimento psíquico, em razão de promover discussões construtivas sobre as estratégias de cuidado que são utilizadas atualmente. Apesar da importância do acolhimento primário na Atenção Básica, diversos desafios persistem, como a falta de capacitação adequada dos profissionais de saúde e a sobrecarga de trabalho nas unidades. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é de conhecer as práticas de acolhimento e cuidado aos usuários em sofrimento psíquico da Atenção Básica em Saúde.

A Reforma Psiquiátrica trouxe muitos avanços direcionados ao resgate do direito da pessoa com transtorno mental, como: acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde compatível com suas necessidades, ser tratada com humanidade e respeito, ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração, ter garantia de sigilo das informações, ter direito à presença médica para esclarecer a necessidade de hospitalização involuntária, ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis, receber o maior número de informações sobre sua doença e tratamento, ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios

menos invasivos possíveis e ser tratada preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental (BRASIL, 2001).

A Política Nacional de Humanização (PNH) teve seu principal objetivo colocar em prática os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde, buscando produzir mudanças nos modos de gerir e cuidar da saúde das pessoas. Buscou estimular a comunicação para construir processos coletivos que enfrentem atitudes e práticas desumanizadoras, que inibem a autonomia e a corresponsabilidade de profissionais e usuários (BRASIL, 2010).

A PNH trata sobre o termo “acolhimento” no campo da saúde como uma diretriz ética, estética, política e sobretudo como uma ferramenta tecnológica de intervenção, que objetiva qualificar a escuta, construir vínculos terapêuticos, garantir acesso com responsabilização e resolutividade nos serviços (BRASIL, 2006). O acolhimento tem por primazia reconhecer a pessoa como participante ativo do seu processo de produção de saúde, ou seja, o acolhimento deve ser para além de um olhar técnico e humanizado, ele deve ser personalizado. Esse tipo de escuta é mais que uma técnica, é um ato de dignificação da vida e da história do usuário, onde ele se torna protagonista do próprio tratamento (SILVA, *et al.*, 2019).

METODOLOGIA

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de abordagem qualitativa e bibliográfica. Nesta busca foram utilizados livros e artigos específicos da área de saúde mental publicados entre os anos de 2020 até 2025. Para tanto, a metodologia de revisão bibliográfica segue etapas sistemáticas que garantem rigor e credibilidade ao processo. Inicialmente, definiu-se o tema central e os objetivos da pesquisa, delimitando o escopo temporal e temático da busca. Após a coleta, realizou-se a leitura crítica e a análise do conteúdo das obras selecionadas. Na etapa final, ocorreu a síntese e organização das informações, permitindo a construção de um panorama coerente e estruturado sobre o tema investigado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos materiais bibliográficos publicados entre 2020 e 2025 permitiu identificar como as práticas de acolhimento aos usuários em sofrimento psíquico são sistematizadas na Atenção Básica em Saúde. Os resultados evidenciam avanços significativos na compreensão do acolhimento como dispositivo essencial do cuidado em saúde mental, porém revelam os desafios persistentes na implementação efetiva dessas práticas. O acolhimento emergiu nos estudos analisados como uma tecnologia relacional que transcende a simples recepção dos usuários, configurando-se como um momento estratégico de escuta qualificada, construção de vínculos e identificação de demandas de cuidado. As equipes de saúde da Atenção Básica demonstraram compreender que o sofrimento psíquico decorre de múltiplos fatores – ambientais, sociais e familiares – superando visões exclusivamente biologistas.

Entretanto, os estudos revelaram que a operacionalização do acolhimento apresenta fragilidades importantes. A principal lacuna identificada refere-se à insuficiente capacitação dos profissionais para atender às demandas de saúde mental, resultando em práticas que ainda reproduzem lógicas medicalizantes e encaminhamentos imediatos para serviços especializados.

A análise também identificou que o acolhimento na Atenção Básica frequentemente se limita a uma escuta superficial, voltada ao alívio imediato de sintomas, sem tempo ou estrutura para o desenvolvimento de vínculos terapêuticos consistentes. Destaca-se, positivamente, o reconhecimento pelos profissionais da necessidade de abordagens grupais, discussões de casos em equipe e ações de matriciamento como estratégias potentes para o cuidado em saúde mental. Contudo, as recentes mudanças nas políticas de saúde mental, com redução de investimentos em serviços comunitários e fortalecimento de práticas hospitalocêntricas, ameaçam a consolidação desses avanços.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. Resumo. In **Anais do Segundo Encontro Mundial**. Estados Gerais da Psicanálise. Entre as Ciências da Vida e a Medicalização da Existência: Uma Cartografia da Psiquiatria Contemporânea. Rio de Janeiro, 2003. 15 p.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Humanização. 1. ed., 1. reimp. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pn_h_folheto.pdf Acesso em: maio de 2025.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. *Acolhimento nas práticas de produção de saúde*. 2. ed. 5. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 44 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_praticas_producao_saude.pdf. Acesso em: maio de 2025.

DESINSTITUTE. **Desinstitucionalização**. Da saída do manicômio à vida na cidade: estratégias de gestão e de cuidado. Brasília, DF: Desinstitute, 2023. Disponível em: <https://desinstitute.org.br/documento/desinstitucionalizacao-da-saida-do-manicomio-a-vida-na-cidade-estrategias-de-gestao-e-de-cuidado.pdf?x26231> Acesso em: maio de 2025.

GUARIDO, R. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. In **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 33, n. 1, 2007.

HERNÁEZ, Á. M. A medicalização dos estados de ânimo. O consumo de antidepressivos e as novas biopolíticas das aflições. In **Política y Sociedad**. Espanha, v. 42, n. 3, 2006.

MARTINS, A. L. B. Biopsiquiatria e Bioidentidade: Política da subjetividade contemporânea. In **Psicologia & Sociedade**. São Paulo, v. 20, n 3, 2008.

McINTYRE, T. et al. Impacto da depressão na Qualidade de Vida dos doentes. **Saúde Mental**. Portugal, v. 4, n. 5, 2002.

OLIVEIRA, W. F. Éticas em conflitos: reforma psiquiátrica e lógica antimanicomial. In CAPONI, S. et al (orgs). **A medicalização da vida**. Palhoça: UNISUL, 2010, p. 265-277.

SILVA, G. da; IGLESIAS, A.; DALBELLO-ARAUJO, M.; BADARÓ-MOREIRA, M. I. Práticas de Cuidado Integral às Pessoas em Sofrimento Mental na Atenção Básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 37, n. 2, p. 404-417, abr./jun. 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/hcZXpb7j3fxhD9dDQgvB7GG/abstract/?lang=pt>

Acesso em: maio de 2025.